

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROSIMÉIA ROLIM MACEDO

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA

CURITIBA

2015

ROSIMÉIA ROLIM MACEDO

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau do Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais – MEC/SECAD E CIPEAD/NEAB da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profª Mestre Fabíola Beatriz Franco Sousa

CURITIBA

2015

## **AGRADECIMENTOS**

À todos os profissionais do curso de Especialização a Distância em Educação das Relações Étnico-Raciais – MEC/SECAD E CIPEAD/NEAB que colaboraram para o meu aprendizado.

Aos meus familiares que foram pacientes, incentivadores e tolerantes para que pudesse concluir mais essa etapa da minha vida.

À minha orientadora Fabíola Beatriz Franco Sousa, pelas suas importantes interferências na construção das ideias que aqui se fazem presentes.

Às minhas colegas de trabalho, que me ajudaram suprimindo minha falta nos momentos que tive que me dedicar a esse trabalho.

*Não, não tenho caminho novo  
O que tenho de novo é o jeito de caminhar*  
Thiago de Mello

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo de revisar as publicações a respeito da construção da identidade negra na escola, visto que é nela que se encontra a maior diversidade cultural e tornando-a um local discriminador. Entender se é na escola que a discriminação mais acontece, foi o problema levantando para desenvolver a construção da identidade negra. A identidade racial negra é formada na trajetória escolar do indivíduo, sendo assim, a escola é de grande importância social e educativa. Com o intuito de fortalecer ações eficazes, por meio de reflexões, a desconstrução dos preconceitos a que está submetida à criança negra na escola e também os manejos pedagógicos desenvolvidos no contexto escolar relacionados à formação. A partir deste pressuposto, tem-se necessidade de se averiguar como é trabalhada a construção da identidade afrodescendente no contexto escolar, refletindo acerca da identidade da criança negra no contexto escolar culminando com a integração da Lei 10.639/03. Para a análise será utilizado pesquisas bibliográficas a respeito do tema. Debater as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana dentro de uma visão realista, apoiando o movimento do multiculturalismo e associando isso ao fator da discriminação e segregação dos negros em nosso país.

Palavras-chave: discriminação, escola, negro, identidade.

## ABSTRACT

This study aims to review the literature regarding the construction of black identity in school, as it is which is the most culturally diverse and making it a discriminator site. The black racial identity is formed in the school's individual trajectory, so the school has an important social and educational importance. In order to strengthen effective action through reflections, the deconstruction of prejudices that are submitted to black child in school and pedagogical management systems developed in the school context related training. From this assumption, there is need to find out how the construction of African descent identity in the school context is crafted, reflecting on the identity of black children in the school context culminating with the integration of Law 10,639 / 03. For the analysis will be used bibliographical research on the subject. Discuss the National Curriculum Guidelines for the Education of Racial-Ethnic Relations and the Teaching of History and Afro-Brazilian Culture and African within a realistic view, supporting the movement of multiculturalism and associating it to the factor of discrimination and segregation of blacks in our parents.

Keywords: discrimination, school, black, identity.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1 EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA LITERATURA.....	10
2.1.1 Identidades culturais na Pós-Modernidade.....	12
2.2 LEI 10.639 – A IDENTIDADE NEGRA.....	13
2.3 A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: AÇÕES AFIRMATIVAS.....	16
2.3.1 Educação das Relações Étnico-Raciais.....	19
3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA.....	23
3.1 O MULTICULTURALISMO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR.....	27
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	35

## 1 INTRODUÇÃO

Entende-se a escola como sendo um espaço onde encontramos a maior diversidade cultural, a identidade negra na escola acaba gerando um ambiente de discriminação devido à história escravagista que carregamos em nosso país. Tendo em vista estas questões o objetivo com este trabalho é refletir como acontece atualmente na escola o trabalho de inserção da Cultura negra na escola e sua forma de tratar as diferenças, com o intuito de minimizar as diferenças e preconceitos. O racismo é um assunto instigante por natureza, e ainda mais quando associado ao âmbito escolar, gera ainda mais questões que necessitam de esclarecimentos. Compreender que a escola é o lugar que contribuí fundamentalmente na formação do sujeito em todos os seus aspectos, inclusive no que diz respeito à identidade racial e todas as suas problemáticas, gerou o tema desse trabalho.

A partir da Lei 10.639/03, que propõe um currículo dentro da escola voltada a esse assunto, a aplicação da lei apenas em selecionar conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira, implica principalmente, num cuidado conceitual na abordagem destes conteúdos. Para os educadores pioneiros nessa tarefa ela se apresenta como um desafio: ensinar o que não foi aprendido, ou seja, dar início a um movimento de estudo, pesquisa e ensino em uma área com poucas publicações e cursos até o ano de 2003, data de sanção da lei. Para direcionar os educadores nessa tarefa foram publicadas no ano de 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Entender não só a construção do brasileiro com relação à visão do negro a partir de Darcy Ribeiro, que enfatiza que apesar das tentativas de desconstrução da identidade tanto negra quanto indígena, elas com o passar dos séculos foram se reconstruindo aos poucos e sendo fortalecidas, vemos isso na cultura popular de um modo geral, mas também entender como o sujeito ao longo do tempo foi moldando seu significado de identidade, essa classificação citada pelo britânico Hall, nos ajuda a situar o sujeito e suas implicações na pós-contemporaneidade, desta maneira o meu problema de pesquisa procura entender se é na escola que a construção de uma imagem inferior da Cultura negra ainda impera e se fortifica, através da própria

história do nosso país, que faz essa relação do negro apenas como o homem que se tornou escravo, sendo complementado pelo preconceito às manifestações religiosas de matriz africana, sub-representados na política e na mídia, preteridos nos altos escalões do mercado e da academia e mantidos na condição de maior camada social na pobreza (e seus jovens intocados como o grupo com maior risco de ser assassinado pela polícia). A superação do drama racial no Brasil apenas se fará com uma luta intransigente contra qualquer forma explícita ou velada de discriminação e mediante uma representação da negritude com a qual as crianças e os jovens podem se identificar.

Abordar também o uso de cotas nas Universidades, gerando uma construção crítica sobre o assunto, também se faz necessário e presente no referido trabalho. A abordagem de uma temática multiculturalista dentro da escola não só contribuí para o trabalho do professor, como colabora para um entendimento amplo sobre discriminação e preconceito, pois as ideias multiculturalistas discutem como podemos entender e até resolver os problemas gerados pela heterogeneidade cultural, política, religiosa, étnica, racial, comportamental e econômica. Por fim temos as metodologias que são de rever algumas publicações a respeito da construção da identidade negra na escola de 2003 a 2014, com o intuito de fortalecer ações eficazes, por meio de reflexões, a desconstrução dos preconceitos a que está submetida à criança negra na escola e também os manejos pedagógicos desenvolvidos no contexto escolar relacionados à formação. Para a análise será utilizado pesquisas bibliográficas a respeito do tema. A metodologia utilizada será bibliográfica, utilizando leis e teorias que vem ao encontro da proposta desse Trabalho de Conclusão de Curso.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA LITERATURA

Em livros de diversas disciplinas (Português, História, Arte e outras), é possível que sempre encontremos pessoas negras, seja por meio de ilustrações, seja em imagens e fotos. Mas se observarmos com maior atenção, verificaremos que nem sempre há uma quantidade proporcional de negros em relação a brancos. E mais, nem sempre há um tratamento igualitário na forma como os diversos grupos humanos são apresentados.

Embora pareça que nada disso tem influência, a ausência de imagens positivas de personagens e personalidades negras na História atua diretamente na forma como representamos a sociedade. Por exemplo, provavelmente todos nós temos registrados em nossa memória de estudante imagens de livros que retratavam mulheres e homens negros sempre em posições de subalternidade, ou seja, de opressão e humilhação. No livro “Histórias da Preta”, Heloisa Pires de Lima (1998) relata que:

Como é o ser negro que aprendi na escola? Lembro-me do retrato de um homem amarrado, a calça abaixada, apanhando num tronco. Essa era uma imagem que aparecia repetidamente nos livros escolares. Por que mostravam sempre a mesma figura negra totalmente dominada? Nunca aparecia de outra forma. Era um retrato congelado. Existem outras histórias construídas pelos negros, mas, como elas não aparecem nunca, na prática são invisíveis: como se nem existissem. (pag.53)

Assim, por muito tempo, para garantir a pluralidade étnico-racial, os movimentos negros reivindicavam que houvesse uma reformulação dos conteúdos a serem ensinados nas escolas brasileiras, para que distorções históricas como essas não ocorressem mais e todos os estudantes tivessem acesso a conhecimentos que contam com mais precisão as histórias de luta e resistência de todos os povos, bem como das suas contribuições para a construção do país.

Segundo Jovino (2006) no início da década de 1930, os/as personagens negro/as começam a aparecer na literatura infantil. No entanto, essas obras não retratavam o/a negro/a de maneira positiva, muito pelo contrário reforçavam essa

população como sendo subalterna, pobre, ignorante, ou seja, características estereotipadas. Ainda na atualidade quando não se escolhe o livro adequado para se trabalhar com os/as alunos/as, em sala de aula, encontramos esta maneira estereotipada de retratar o/a negro/a.

[...] somente a partir de 1975 é que vamos encontrar uma produção de literatura infantil mais comprometida com uma outra representação da vida social brasileira; por isso, podemos conhecer nesse período obras em que a cultura e os personagens negros figurem com mais frequência. O resultado dessa proposta é um esforço desenvolvido por alguns autores para abordar temas até então considerados tabus e impróprios para crianças e adolescentes como, por exemplo, o preconceito racial. O propósito de uma representação mais de acordo com a realidade, nem sempre é alcançado. Embora muitas obras desse período tenham uma preocupação com a denúncia do preconceito e da discriminação racial, muitas delas terminam por apresentar personagens negros de um modo que repete algumas imagens e representações com as quais pretendiam romper. Essas histórias terminavam por criar uma hierarquia de exposição dos personagens e das culturas negras, fixando-os em um lugar desprestigiado do ponto de vista racial, social e estético. Nessa hierarquia, os melhores postos, as melhores condições, a beleza mais ressaltada são sempre da personagem feminina mestiça e de pele clara. (Jovino 2006 p. 187)

Na atualidade os livros de literatura infantil, propõem romper com os estereótipos que inferiorizam o negro e conseqüentemente suas tradições culturais, religiosas e orais, nestas obras eles são retratados em situações comuns enfrentando preconceitos, a fim de resgatar sua identidade.

Há também os livros que retomam traços e símbolos da cultura afro-brasileira, tais como as religiões de matrizes africanas, a capoeira, a dança e os mecanismos de resistência diante das discriminações, objetivando um estímulo positivo e uma autoestima favorável ao leitor negro e uma possibilidade de representação que permite ao leitor não negro tomar contato com outra face da cultura afro-brasileira que ainda é pouco explorada na escola, nos meios de comunicação, assim como na sociedade em geral. Trata-se de obras que não se prendem ao passado histórico da escravização. (Jovino 2006 p. 216)

A reflexão sobre a cultura africana e afro-brasileira é um caminho árduo, no entanto o docente precisa trilhá-lo e um suporte cabível para essa missão pode ser os livros de literatura infantil que abordem essa temática. É possível encontrar, nos livros voltados ao público infanto-juvenil, textos que buscam romper com representações que inferiorizam o/a negro/a e sua cultura, visto que nestas obras encontramos personagens negros/as enfrentando os preconceitos do dia-a-dia, resgatando sua identidade, seus valores e tradições.

### 2.1.1 IDENTIDADES CULTURAIS NA PÓS-MODERNIDADE

Podemos iniciar refletindo a partir dos dias de hoje, pensar as identidades tem sido uma grande preocupação dentro das ciências humanas. Isso se deve especialmente ao fato de que as antigas identidades, baseadas em critérios históricos e filosóficos associados à modernidade, já não respondem mais à necessidade de se pensar o sujeito contemporâneo, não mais preso a um Estado com fronteiras geograficamente definidas, um idioma único, ou, principalmente, características físicas individuais que até o início do século XX agrupavam a humanidade em uma estrutura hierárquica baseada na ideia de raça.

O que nos propõe o sociólogo britânico, de origem jamaicana, Stuart Hall, ele mesmo um exemplo vivo da diáspora cultural, de como na contemporaneidade as identidades são móveis, ou como ele mesmo ressalta “deslocadas ou fragmentadas”, Hall procura definir a questão da identidade a partir de três grandes concepções historicamente constituídas: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O primeiro deles, no período conhecido historicamente como Iluminismo (século XVII-XVIII), era um sujeito constituído pela ideia de razão e consciência individual. Podemos dizer que essa concepção é resultado de um momento histórico anterior, chamado Renascimento, quando temos um deslocamento do olhar humano das concepções baseadas no teocentrismo, ou seja, na crença em Deus como fonte de todas as explicações para as coisas do mundo, para uma concepção antropocêntrica, na qual o ser humano passa a ser considerado importante na construção do conhecimento.

No Iluminismo temos o surgimento da ideia de individualismo e de que a sociedade é constituída pelo conjunto somado destes mesmos indivíduos. Essa individualidade pressupõe uma identidade, nesse período ainda não exatamente construída pelos próprios sujeitos, mas pela atribuição exterior que lhes era conferida, especialmente levando em conta sua constituição racial.

O segundo trata do sujeito sociológico, momento associado principalmente ao período posterior à segunda metade do século XIX, quando as teorias sociais ganham espaço no pensamento moderno. Nessa concepção, a compreensão do sujeito moderno passa pela necessidade de relacioná-lo com a sociedade na qual ele está inserido. Assim, a sociedade não é mais apenas a reunião de indivíduos, mas, também, um fator fundamental na constituição das identidades.

O terceiro sujeito, classificado por Hall como pós-moderno, é caracterizado por uma confluência de identidades, que não mais fixam uma única condição pré-estabelecida. O que era estável e único, no que diz respeito às individualidades, torna-se agora fragmentado, fazendo o sujeito pós-moderno portador de não uma, mas várias identidades que dialogam entre si. Além disso, como afirma Hall “o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (2005,p.12).

É possível considerar a segunda metade do século XX, período denominado como pós-guerra, ou seja, posterior a Segunda Guerra Mundial, como caracterizado por algumas inovações na organização social humana e, por conseguinte, na concepção de sujeito e em como ele se identifica individual e socialmente.

## 2.2 LEI 10.639/03 – A IDENTIDADE NEGRA

A Lei 10.639 foi sancionada no ano de 2003 e alterou a Lei nº 9.394 de 1996. Ela tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de educação básica. No ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação (CNE), que é o órgão responsável pela elaboração de leis específicas para a educação brasileira, aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Assim, não só havia uma lei, mas também indicações de como trabalhar com esses conteúdos na escola, já que garante parte dos professores carecia de informações sobre a história e cultura da África e afro-brasileira.

Também para contemplar o ensino de história e cultura indígena, em 2008, o presidente da República sancionou a Lei 11.645/2008, que alterou parte da redação da Lei de 2003 com os mesmos objetivos: promover uma mudança no ensino para que os movimentos de luta, resistência e a cultura dos povos indígenas fossem reconhecidas na História oficial do Brasil.

Para garantir a aplicação dessas leis, diversos estados e municípios organizaram grupos para discutir como seria a mudança. Uma das questões fundamentais a serem observadas foi à necessidade da contraposição ao “mito da democracia racial” no Brasil, ou seja, a crença equivocada de que não existem racismo e discriminação étnico-racial. Também implica no reconhecimento da existência de matrizes que formaram a população brasileira: indígenas, africanas e seus descendentes, europeias e seus descendentes, afirmando a existência de cada uma a partir das suas particularidades.

É importante ressaltar que, a fim de, justificar e omitir os reflexos da escravidão e todo o quadro de desigualdade raciais no Brasil surge o mito da democracia racial “(...) uma forma brasileiríssima, bastante eficaz, de controle social. (SANTOS 2005. p. 44).” porque é uma tentativa da elite brasileira em esconder ou minimizar os efeitos da escravidão e da inserção do negro no capitalismo brasileiro com um processo de desigualdade secular.

Conforme Rocha (2007) o êxito do mito da Democracia Racial deu-se pelo apagamento da história de resistência dos negros à escravidão e também pelo esquecimento das mazelas da escravidão para a construção de uma nação em que todos os povos poderiam conviver fraternalmente, no entanto não foi isso o que aconteceu os dados estatísticos são contundentes em dizer que não dá para continuar como está, pois apontam que o peso da escravidão, a ausência de políticas públicas para a população negra no pós – abolição e o racismo são atitudes fundamentais para encaminhar o negro para o jogo da exclusão social.

Na Constituição Federal em seu artigo 5º diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...).” No entanto, esse artigo da constituição passa uma grande parcela da população brasileira, não tem passado de uma igualdade formal, porque os negros continuam à margem da sociedade, porém, sempre lutando para conquistar um lugar ao sol “Ao nascer, a desigualdade e a

igualdade se apresentam ao indivíduo como fato consumado mediante a mecanismos de pertencimento, como o da classe social, do gênero e da etnia” (BONETTI, 1986.p. 199).

Constantemente, é preciso verificar como se dão as representações desses grupos em comparação com povos de origem europeia. Se observarmos nas novelas, por exemplo, veremos com bastante frequência a presença de personagens negras, mas na maior parte das vezes, retratadas em profissões de menor prestígio, ao passo que personagens brancas exercem cargos e papéis de destaque social.

Muito disso é marca do processo escravagista brasileiro, em que negros e indígenas eram tratados como seres inferiores e explorados pelos seus senhores. E quando vamos estudar a presença dos negros e índios, deparamo-nos só com essa parte da história. Há, portanto, necessidade de se fazer uma revisão histórica, conhecer os heróis negros, os artistas e cientistas,

Conforme Filho (2004), este estudo via contribuir para substituir ideias sobre a África construídas de acordo com o olhar dos europeus, compreender a diversidade social na África sem reduzir essa heterogeneidade a tipologias binárias estáticas (povos mais ou menos primitivos), perceber que a cultura africana é fruto de um processo histórico e, portanto, não se transmite “pelo sangue”, superar as ideias de raça que tratam de maneira hierárquica as diferenças entre negros e brancos pela da “incorporação pela nacionalidade” como já acontece entre os indígenas, italianos, portugueses, libaneses, etc.

Durante a Idade Moderna e Contemporânea o Brasil ocupou um importante papel dentro do tráfico internacional de escravizados africanos.

A população afrodescendente é muito grande e importante no Brasil. Os dados a respeito da escolarização dos afrodescendentes, porém, indicam que ela não acompanha proporcionalmente a distribuição populacional. Os indicadores apontam que as crianças negras e mestiças tem uma vida escolar mais difícil e acidentada que das outras crianças resultando num índice maior de abandono e

fracasso. A origem desse processo não está apenas dentro da escola. Existem fatores que vão da origem étnica chegando aos sócio-econômicos.

### 2.3 A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: AÇÕES AFIRMATIVAS

Um dos grandes desafios da sociedade brasileira, talvez seja, admitir o quanto é excludente nesse ponto e a escola tem um enorme papel, visto ser ela um espaço privilegiado, para discussões que envolvam questões étnico-raciais e acima de tudo a perdas que sofreram os afrodescendentes em nossa sociedade a começar pela maneira como eles vieram para o Brasil, isto é, como mercadorias para os trabalhos forçados negando, assim sua verdadeira história. Segundo Lindomar Wessler Boneti (2006) as Políticas Públicas se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento sócio-econômico.

O tema das ações afirmativas para negros no Brasil começa a ter mais visibilidade a partir da década de 1990, sendo que a partir de 2001, após a Conferência de Durban, a temática encontrou um espaço privilegiado de debates nos meios de comunicações e na educação superior, graças à construção de políticas afirmativas para a inclusão de um maior percentual de negros nas universidades públicas através de reservas fixas de vagas conhecidas como “cotas raciais”. A maioria das universidades também apresentam cotas para indígenas e para estudantes oriundos de escolas públicas, favorecendo a construção de um ambiente onde se valoriza a diversidade. É importante termos em mente que o termo ação afirmativa significa:

(...) conjunto de políticas públicas e privadas de caráter Compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate da discriminação de raça, gênero etc., bem como para corrigir os efeitos presentes das discriminação praticada no passado, tendo como objetivo igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego. (Joaquim Barbosa Gomes, 2001, p. 40).

Ou

Ação afirmativa é um conceito que indica que, a fim de compensar os negros e outras minorias (...) pela discriminação sofrida no passado, devem ser distribuídos recursos sociais como empregos, educação, moradias, etc de forma tal a promover o objetivo social final da igualdade. (WALTERS, 1995, p. 131)

Lendo essas definições fica fácil compreender que as ações afirmativas são programas que têm a finalidade de promover igualdade de oportunidades para grupos que sofrem processos de discriminação por fatores históricos e sociais, como são as mulheres, negros, indígenas, pessoas com deficiência ou outros grupos que estejam precisando de políticas para reduzir as desigualdades.

Ações afirmativas, conforme Gomes (2001) é um experimento ousado e revolucionário utilizado pelo Direito no século XX, porque provocam impactos sociais importantes em qualquer sociedade quando reduzem as desigualdades sociais. Também provocam mudanças positivas do ponto de vista histórico, pedagógico e psicológico sobre o grupo beneficiado, por exemplo, quando se constrói a ideia da importância do reconhecimento efetivo da população negra em todas as áreas do conhecimento.

Com relação às Ações afirmativas, ela provém da Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, no qual em seu Parágrafo único institui que:

I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

II - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;

V - políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Essas políticas também são conhecidas como políticas focalizadas, políticas compensatórias ou discriminação positiva. As ações afirmativas não visam prejudicar nenhum grupo, e sim valorizar grupos que sofreram e sofrem processos injustos de preconceito, discriminação ou racismo. Buscam valorizar talentos desperdiçados pelas discriminações, sobretudo na educação e no mercado de trabalho.

A ideia da necessidade de se criar políticas focalizadas para grupos que sofrem de discriminação surgiu na Índia, em 1947, quando aquele país, para minimizar as desigualdades sociais de origem religiosa, construiu ações afirmativas para as chamadas “castas”, consideradas “inferiores” nas universidades e nos serviços públicos.

Atualmente no Brasil encontramos programas de ações afirmativas através de cotas, por exemplo, cotas de 5% para deficientes nas empresas públicas e privadas; cotas de 30% para mulheres nos partidos políticos e cotas para afrodescendentes, alunos oriundos de escolas públicas e indígenas nas universidades públicas e também nas instituições de ensino superiores particulares através do Programa Universidade Para Todos (Prouni). “Não era possível imaginar a proposta de ação afirmativa num país, onde há pouco tempo se negava os indícios de preconceito étnicos e discriminação racial.” (MUNANGA, 2003, p. 120)

O caso das políticas afirmativas para os negros brasileiros, como as que estabelecem cotas raciais para vestibulares e universidades públicas, além da valorização da sua cultura e contribuição para a identidade brasileira aparecem ser os mais sintomáticos dessa tendência à valorização contemporânea das relações étnico-raciais. Por isso, no caso afro-brasileiro como um exemplo para a questão da compreensão da diversidade como fundamento das relações sociais no Brasil.

A Lei nº 10.639 de 2003, que regulamenta a inserção dos temas relacionados à história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do Brasil diz que:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º o conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política à História do Brasil.

§ 2º os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

Em 2008 tivemos um complemento a esta mesma lei, a 11.645, que dispõe sobre a necessária inserção da cultura indígena nas escolas brasileiras.

### 2.3.1 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A história africana enquanto disciplina escolar deixa uma lacuna importante para a compreensão da própria história do Brasil, quando restringe a participação africana em nossa constituição como apenas mão de obra escrava em um determinado período específico, promove a aprendizagem e reprodução de uma história unilateral, exposta do ponto de vista do colonizador, em suma, para usar um termo comum à historiografia, uma história eurocêntrica, que tinha Europa o principal centro irradiador da cultura e civilização moderna.

Um intenso debate está acontecendo. As opiniões se dividem entre grupos que afirmam que o fator predominante é a desigualdade da renda e condições de vida enquanto outros afirmam que o preconceito racial independe da condição econômica. Atenta a essas discussões cabe à escola, coibir situação de preconceitos, discriminação ou violência simbólica. Para isso deve valorizar as várias matrizes étnicas que participaram da formação do Brasil. Negar o conceito biológico de raça não significa desconhecer as manifestações de preconceito que acontecem na sociedade brasileira.

A visão de uma democracia racial defendida no início do séc. XX já foi superada. O encontro entre portugueses, indígenas e africanos aconteceu sob a forma de exploração do grupo português sobre os indígenas e africanos. Não significa esquecer a miscigenação, porém problematizá-la. Manifestações explícitas

de preconceito são repudiadas em nossa sociedade. Modelos importados não devem fazer com que a sociedade brasileira esqueça-se de discutir uma cidadania plena para todos, independentemente de sua origem étnica. Para tanto a escola deve incorporar no seu cotidiano ações que promovam a ideia de que as diferenças étnicas não significam inferioridade. Abordar a temática dos preconceitos apenas em eventos esporádicas não tem a eficácia necessária para educar pessoas que respeitem as diferenças, isto é, a alteridade. Através das disciplinas do currículo o aluno deverá compreender que as diferenças socioeconômicas demonstram a falta de oportunidades que historicamente os afrodescendentes tiveram e não a falta de capacidades.

Para direcionar os educadores nesta tarefa foram publicadas no ano de 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Nas Diretrizes (2004, p. 20), estão expostos uma série de temas que devem ser trabalhados ao longo da educação básica. Por exemplo:

“o ensino de História Afro-Brasileira abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organização negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que tem contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões (exemplos: associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro). Será dado destaque a acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidades.”

Um dos aspectos salientados pelas diretrizes é o investimento da sociedade na capacitação dos professores, “apoio sistemático aos professores para elaboração de planos, projetos, seleção de conteúdos e métodos de ensino, cujo foco seja a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Educação das Relações Étnico-Raciais”. Outra orientação importante das Diretrizes (2004, p.21) é o espaço (não apenas físico) ocupado para essas atividades:

“o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdos de disciplinas, particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não, trabalhos em sala de aula, nos laboratórios de ciências e de informação, na utilização da sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares”.

A aplicação da lei não implica, apenas, em selecionar conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira, implica principalmente num cuidado conceitual na abordagem destes conteúdos. Para os educadores pioneiros nesta tarefa ela se apresenta como um desafio: ensinar o que não foi aprendido, ou seja, dar início a um movimento de estudo, pesquisa e ensino em uma área com poucas publicações no ano de 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Nestas diretrizes estão expostos uma série de temas que devem ser trabalhados ao longo da educação básica.

O desconhecimento da história e cultura africana deixa uma lacuna importante para a compreensão da própria história do Brasil. O ensino da história nacional, quanto restringe a participação africana em nossa constituição como apenas mão de obra escrava em um determinado período específico, promove a aprendizagem e reprodução de uma história unilateral, exposta do ponto de vista do colonizador, em suma, para usar um termo comum à historiografia, uma história eurocêntrica, que tinha na Europa o principal centro irradiador da cultura e civilização moderna. Temos uma imensa contribuição africana, tanto cultural como tecnológica, para a formação da identidade brasileira que, no entanto, não foi transmitida pelos registros oficiais, em parte por este tipo de transmissão de conhecimento não fazer parte da maioria das culturas africanas que aqui apontaram, mas, também, porque boa parte dos registros sobre o processo de escravidão foi perdido ou intencionalmente rasurado. O resgate dessa contribuição, um exemplo em meio a tantos outros, passa pela educação, e como é um processo em andamento, mas, que talvez demore uma ou mais gerações para se concretizar.

Um dos atributos de toda não é o sentido de pertencimento, de ter identidade. Esse termo relaciona-se com a imagem que as pessoas têm de si próprias a partir da língua que falam, do lugar em que vivem, de um passado comum que une uma as outras. Ao longo de uma vida não temos uma única identidade, pois os acontecimentos fazem com que busquemos nos identificar com diferentes grupos. O sentido de identidade nos torna humano e a destruição de nossa identidade pode nos desumanizar.

O antropólogo Darcy Ribeiro (1995, p.95) é muito duro ao comentar as consequências desumanizadoras da empresa escravista. Diz ele que os africanos foram desapropriados de si mesmo deixando de ser eles próprios para transformar-se em ninguém. Isso levava muitos africanos e índios a optarem pelo suicídio ou pela fuga que muitas se transformavam em morte. Os castigos, as mutilação de dedos, os furos nos seios, os dentes quebrados e o corpo queimado por brasas marcaram a gênese do povo brasileiro:

“Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através dos séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria”.

Ribeiro (1995, p.118), no entanto, deixa as rotas abertas para o futuro, pois acredita que a dinâmica cultural possibilita a construção de novas identidades:

“o espantoso é que índios como os pretos, postos nesse engenho desculturativo, consigam permanecer humanos. Só o conseguem, porém, mediante um esforço inaudito de auto-reconstrução no fluxo do seu processo de desfazimento (...) ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária”.

Com essa afirmação podemos perceber que tanto o negro quanto o índio, tiveram que passar por um processo de reconstrução de valores para conseguir seu espaço dentro da nossa sociedade.

### 3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

Sobre os ombros da escola são colocadas expectativas da sociedade cada vez maiores. Atualmente a escola encontra-se envolvida com inúmeras incumbências que variam de orientação para o trânsito, orientação sexual, preservação do meio ambiente, distribuição de alimentos, prevenção ao uso de drogas, cultura da paz, e assim por diante. Além disso, a escola convive durante o ano com Projetos das Secretarias de Educação que devem ser tratadas em âmbito escolar como: Violência contra a mulher, Trabalho Infantil, entre outras. Fazer com que todo esse conteúdo seja abordado de maneira concisa é um trabalho em conjunto de toda a comunidade escolar, requer tempo, planejamento, discussão com demais órgãos associados ao tema e assim por diante. Como se não bastasse, ainda cabe a escola agregar as famílias nessa questão e trazê-las para o debate na escola.

Com o tempo das famílias comprometido cada vez mais com o trabalho, tempo de deslocamento e inúmeras outras coisas deposita-se sobre a escola, uma responsabilidade de intervenção que talvez ela não de conta. Imersos em urgências, corre-se o risco dos educadores limitarem-se a trabalhar os elementos da cultura africana e afro brasileira apenas em eventos, feiras, datas comemorativas quando não se trata disso.

Por ser um dos primeiros espaços de convivência na escola experimenta-se desde muito cedo os valores morais como o respeito, a tolerância, a solidariedade, a justiça, a honestidade, a compreensão que são de forma contínua evocados pelos professores juntos aos seus alunos. Trabalhar esses valores não são apenas conteúdos ou temas estudados, mas parâmetros de ação e reflexão diante de situações ocorridas ou que podem vir a acontecer.

Existem situações, por exemplo, ainda na educação infantil, em que uma criança vem queixar-se a professora ou professor que uma outra a está xingando de negro(a), diante disso o educador simplesmente responde que isso não é um xingamento, pois ela realmente é negra e que ser negro é bonito. Com isso acaba se eximindo de agir pró ativamente, pois, no contexto social todos sabemos os

significados implícito nesta expressão. Segundo a pesquisadora Eliana dos Santos Cavalleiro (2007, p.227):

“Há uma ausência de preocupação com a convivência multirracial no interior da pré-escola, o que colabora intensamente para a construção de indivíduos preconceituosos e discriminadores. Tal fato leva inúmeras crianças e adolescentes a cristalizarem aprendizagens baseadas, muitas vezes, o comportamento acrítico dos adultos à sua volta”.

Romper com o ciclo de comportamentos preconceituosos ou simplesmente acríticos e descomprometidos envolve atitudes simples do cotidiano escolar de grande alcance na construção dos valores de todos os alunos e principalmente na introjeção de uma autoimagem positiva dos alunos negros.

Para LOPES (2007, p.257) a construção de uma identidade positiva se dá a partir do momento que:

“consideraremos como pratica pedagógica um conjunto de ações envolvidas no processo de aprendizagem. Fazem parte desse conjunto as estratégias, os materiais e os pedidos que mobilizam o fazer do aluno tanto do ponto de vista da aproximação de conceitos, como da experiência com procedimentos ou de reflexão acerca de valores e opiniões. Por outro lado, é preciso entender a identidade como construção contrastiva: ela se dá na medida em que eu me diferencio e reconheço minha diferença em relação ao outro e aos vários outros que, ao mesmo tempo, me dizem quem sou eu, fornecendo assim parâmetros para o sentido de pertencimentos este realiza-se por meio de uma rede de relações, que envolvem o sujeito, traçando representações que, interiorizadas, dialogam todo o tempo com o exterior”.

Não obstante nossa Constituição define que todos são iguais perante a lei e dessa interpretamos que todos têm o direito de se verem representados historicamente as práticas demonstraram o contrário. Subrepresentado nos materiais gráficos escolares, o grupo negro aparecia em imagens ocupando posições subalternas e de pouco prestígio social. Os livros de história eram ricos em imagens de negros somente nos capítulos sobre escravidão em situações de aviltamento humano.

Os personagens das histórias infantis sempre foram princesas e príncipes louros. Os cartazes escolares com mensagens do “dia das mães” ou do “dias dos pais” apresentavam a imagem da família feliz e bem sucedida com pais e mães apenas brancos.

Uma desculpa é atribuir a culpa à realidade histórica, econômica que colocou o grupo negro nos segmentos econômicos mais excluídos e que, portanto,

fazer este filtro seria faltar com a verdade e deixar de apresentar as coisas como elas são. É preciso lembrar que faz parte do ideário da escola fazer a transformação social e agir pró ativamente na formação da identidade possível e que não faltam momento para a apreciação e discussão crítica e contextualizada da realizada utilizando para isso textos e imagens, portanto a escola e os professores precisam estar atentos e cuidadosos em relação às escolhas feitas para a prática pedagógica, pois as nossas ações transcendem o planejado.

Conforme artigo na Revista Carta Fundamental (ed. 53, p. 20):

A transição de 13 de maio para o 20 de novembro nos mostra como a narrativa do passado nunca é neutra e, transportada da história para as lutas políticas, frequentemente a atributos míticos. Não por acaso a versão heroica de Zumbi tem sido questionada por pesquisas que apontam o caráter hierárquico da sociedade de Palmares, inclusive com a existência de escravidão, e o papel de Ganga-Zumba, se antecessor, vem sendo revisto de traidor para estadista. Mas pode haver um lado positivo dos mitos políticos: mostrar tensões sociais não resolvidas no presente. Se o Zumbi do panteão é o menos uma representação fiel do líder de Palmares que uma construção do movimento negro inspirada no marxismo, ele aponta para as desigualdades raciais existentes, cujas raízes se encontram no processo histórico que possibilitou o surgimento dos quilombos na América.

Afinal, enquanto as manifestações religiosas de matriz africana forem perseguidas e os negros, sub-representados na política e na mídia, preteridos nos altos escalões do mercado e da academia e mantidos na condição de maior camada social na pobreza (e seus jovens intocados como o grupo com maior risco de ser assassinado pela polícia), a memória de 20 de novembro terá sentido. A superação do drama racial no Brasil apenas se fará com uma luta intransigente contra qualquer forma explícita ou velada de discriminação e mediante uma representação da negritude com a qual as crianças e os jovens possam se identificar.

Nessa vertente temos políticas legislativas que vem de encontro às propostas de equidade de raças.

A lei 10.639 de 2003 reformulada pela lei 11.645 em 2008 obrigou o mercado editorial a lançar uma série de títulos voltados para o trabalho com a história e cultura africana e afro-brasileira. Trata-se de um esforço louvável que num primeiro momento envolveu uma certa pressa e por isso, é importante observar cuidadosamente as novidades que foram publicadas a respeito das heranças negro-africanas distinguindo aquelas que tratam com competência e respeito o assunto em oposição a outras que o tratam apenas como curiosidade ou folclore.

O próprio Ministério da Educação preocupou-se nos últimos anos de fazer uma análise criteriosa no Programa Nacional do Livro Didático verificando o

tratamento do tema nos textos e a presença de ilustrações preconceituosas. Por causa disso muito dos materiais efetuaram apenas uma maquiagem colocando nas capas pessoas negras adultas ou crianças apenas para compor o cenário sem alterar a essência de seus textos e pesquisas.

O mesmo cuidado vale para a aquisição do acervo para a biblioteca e dos brinquedos para a educação infantil. Muitos são os revendedores que se espantam quando os compradores (educadores, donos de escolas, secretários de educação) solicitam, por exemplo, bonecos e bonecas negras. Existe, inclusive, dificuldade na obtenção de brinquedos de qualidade nesta área. Todos esses materiais permitem ao professor enriquecer sua prática sem a necessidade da criança de novas disciplinas.

Existem inúmeras situações no cotidiano de uma sala de aula, sem que seja anunciado ao aluno: “Hoje vamos trabalhar com cultura africana”. Nestas situações podem haver contação de histórias e trabalhar a literatura, fazer arte e conhecer os artistas negros brasileiros, cantar e tocar músicas com ritmos e letras afro brasileiras, conhecer as diversas festas populares de origem africana e trabalhar com os cientistas e com a ciência que se relacionam a africanidade.

Como podemos observar, a Cultura Africana se faz presente na nossa cultura, e não aderimos a ela pelo fato que nos foi imposta por alguma lei, mas pela riqueza de suas peculiaridades que se agregaram no dia-a-dia de nossa sociedade, de forma espontânea e plural. Conhecer a literatura, as artes, as personalidades da Cultura Africana enriquecerá a atividade escolar, e dará um novo direcionamento das atividades em sala de aula, tanto para o professor quanto para o aluno. Seminários e Cursos que ofertam sobre o tema, irá aprofundar o docente para que ele trabalhe com o seu aluno de uma forma mais concisa, mais satisfatória dentro do ambiente escolar. Infelizmente, ainda cabe ao professor procurar essas informações e direcionar suas atividades para se fazer cumprir a Lei. Mas ressaltamos que as instituições que regem as políticas educacionais tem que despertar o professor para essa prática, de maneira acolhedora, despertar a paixão por esse tema não só será valioso no trabalho pedagógico, mas será determinante para mudar a cultura do racismo e preconceito na escola.

### 3.1 O MULTICULTURALISMO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR

A ausência da cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares e no interior da sala de aula como conteúdo a ser repassado ou na forma de discussões saudáveis, revela o comprometimento dessa instituição de ensino com uma cultura e ideologia homogeneizadora, a dominante, que tem historicamente negado os valores e tradições dos afro-brasileiros e dos demais grupos discriminados da sociedade brasileira, incluindo neste caminho os índios. A manutenção das estruturas atuais reforça os preconceitos e as ideologias racistas aprendidas na escola e em outras instituições socializadoras, como a família.

Hoje esta consciência do caráter homogeneizador e monocultural da escola é cada vez mais forte, assim como a necessidade de romper com esta e construir práticas educativas em que a questão da diferença e do multiculturalismo se façam cada vez mais presentes. (CANDAUI, 2008, p. 15)

A educação multicultural busca reduzir os preconceitos e as discriminações e destacar a responsabilidade de todos no esforço por tornar o mundo menos opressivo e injusto. Com o apoio da educação multicultural pode-se, por fim, propiciar a contextualização e a compreensão do processo de construção das diferenças e das desigualdades sociais. O estudante deve compreender que elas não são naturais e que, portanto, resistências são possíveis. A educação multicultural não deve ser vista como uma integração de grupos que contestem valores e práticas dominantes. Multiculturalismo não busca garantir a homogeneidade ou tenta apagar (ou esmaecer) as diferenças.

A escola sempre teve dificuldades em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-la e neutralizá-la. Sente-se mais confortável como homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que a escola é chamada a enfrentar. (MOREIRA E CANDAUI, 2003, p. 161)

Cabe à escola trabalhar com pluralidade cultural que cerca a nossa sociedade, visto que através deste trabalho pudesse contemplar em sala de aula as diferentes culturas entrando neste viés a África e a indígena.

Boaventura de Sousa Santos (1997) lembra que “as pessoas têm direito a ser iguais sempre que a diferença as tornar inferiores, contudo, têm também direito a ser diferentes sempre a igualdade colocar em risco suas identidades”.

Baseados em Darcy Ribeiro lembramos que o Brasil nasce do encontro das três matrizes étnicas: a indígena com a lusitana e a africana. Embora movimentos de resistência negra existam desde o início do século XX, será nos anos de 1970 que irá assumir um discurso culturalmente mais agressivo, que irá mais além que a denúncia contra a discriminação racial. Mais recentemente, na década de 1990 e 2000 estabeleceram-se mecanismos classificatórios que postulam pretos e pardos que sempre viveram em condições sociais semelhantes, o que os tornaria diferentes dos brancos, e, por esta razão poderiam compor um único grupo em oposição aos brancos.

O multiculturalismo nas escolas reconhece a importância da militância, mas não pode estar atrelado a ela. Todos na educação estão comprometidos a pensar a questão étnica (africana judaica, cigana, indígena, árabe e palestina) e outras questões da cultura urbana e rural que se impõe ao debate como realidade vivida. Multiculturalismo é também debater a globalização. Por meio dos constantes bombardeios da mídia, ele contribui para a uniformização dos gostos e dos valores que supostamente se devem buscar. Vivemos uma “californização” do gosto. Em todo o mundo, eles gostam da música rap, dos jeans Levi’s e dos mesmos tênis esportivos. Paulo Freire já alertava sobre essa valorização de bens que cria um contexto de desejo em que as pessoas fazem qualquer coisa para tê-los.

A identidade cultural é um sistema de representação das relações entre indivíduos e grupos, que envolve o compartilhamento de patrimônios comuns como a língua, a religião, as artes, o trabalho, os esportes, as festas, entre outros. É um processo dinâmico, de construção continuada, que se alimenta de várias fontes no tempo e no espaço. Os mapas culturais já não coincidem com as fronteiras nacionais, fato acelerado pela intensificação das redes de comunicação que atingem os sujeitos de forma direta ou indireta, sendo vital como uma forma de identidade coletiva característica de um grupo social que partilha as mesmas atitudes. Está apoiada num passado com um ideal coletivo projetado e se fixa como uma

construção social estabelecida e faz os indivíduos se sentirem mais próximos e semelhantes.

A identidade cultural de determinado povo está intimamente ligada à memória deste, faz parte do processo de sobrevivência das sociedades a incorporação de elementos novos e isso é o que as mantém ao longo do tempo. Poderíamos falar de uma “crise de identidade” se considerássemos as mudanças frequentes das sociedades modernas decorrentes do processo de globalização que de certa forma descaracterizam os grupos populacionais, mas as identidades culturais não são fixas e imutáveis. Sendo assim, a escola opera uma contradição, pois está embasada em propostas e políticas educacionais assentadas na listagem de atributos tidos como “universais” e cruciais para a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho. Os professores são formados dentro desta ótica de socialização de valores culturais europeus, norte-americanos e cristãos.

A perspectiva multicultural focaliza caminhos teóricos e estratégias pedagógicas para a preparação de professores aptos a atuarem no contexto multicultural e desigual em que se insere a educação, de forma a valorizar a pluralidade cultural e desafiar estereótipos e preconceitos a ela relacionados. Formar o professor multiculturalmente orientado implica, conforme temos argumentado, em trabalhar em prol de um modelo de professor apto a compreender os conhecimentos e o currículo como processos discursivos, marcados por relações de poder desiguais, que participam da formação das identidades. Implica em tensionar conteúdos pré-estabelecidos e pretensões a verdades únicas, procurando detectar vozes silenciadas e representadas nesses discursos curriculares de forma a mobilizar a construção de identidades docentes sensíveis à diversidade cultural e aptas a formular alternativas discursivas transformadoras, desafiadoras do congelamento de identidades e dos estereótipos. Os currículos podem representar espaços discursivos em que o global e o local se articulam, em sínteses e hibridizações criativas. Nesse sentido, articular ensino e pesquisa na formação docente representa um caminho possível para se pensar em transformar essa realidade no sentido de valorizar a pluralidade cultural e a formação de identidades docentes multiculturalmente comprometidas.

No que se refere ao multiculturalismo, temos apontado vertentes desde as mais folclóricas e pouco problematizadoras (que se limitam a tratar da diversidade cultural em termos de festas, receitas, costumes e ritos) outas mais críticas (que questionam relações desigualdades de poder e preconceitos, buscando desafiá-los).

Para o multiculturalismo, a pesquisa é inerente a um preparo dos professores estes são autores de seus projetos profissionais e não “consumidores” de produtos desenvolvidos por grandes editoras.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade globalizada em que vivemos na qual as antigas fronteiras territoriais não mais estabelecem os limites para a convivência humana, compreender o processo de construção e afirmação das múltiplas e mutantes identidades dos sujeitos constitui um dos grandes desafios contemporâneos. Vivemos hoje um processo de conscientização sobre a importância da compreensão do outro, o que ainda não exclui manifestações de preconceito racial ou xenofobia, como as observadas diariamente, por exemplo, nos do cotidiano.

Essa conscientização é manifestada em algumas iniciativas de movimentos sociais organizados, encarregados de defender os direitos legais das chamadas “minorias” ou mesmo, em políticas públicas das diferentes entidades governamentais que procuram assegurar os direitos fundamentais, entre outros, os de igualdades raciais.

Uma das mais importantes e polêmicas raciais afirmativas trata-se das cotas para vestibulares. Iniciativa de alguns governos estaduais, pleiteada historicamente pelos movimentos sociais negros, foi regulamentada recentemente pelo governo federal, o que gerou e gera debate para toda a sociedade brasileira.

Sendo assim, em nossa formação histórica os portugueses construíram a exploração econômica do território com base na exploração da mão-de-obra de africanos escravizados. Houve um engessamento de lugares na sociedade brasileira onde indivíduos ricos e respeitados foram exceção. Ao longo dos anos formou-se uma cultura onde ser branco ou negro não dizem respeito apenas a características fenotípicas, mas ao lugar que a pessoa pode ocupar na sociedade.

A mestiçagem foi fundamental para a formação do povo brasileiro, por isso é difícil dizer quem é negro no Brasil. Já há muitos anos o sociólogo Oracy Nogueira (1985) em sua pesquisa indicava que: “o Brasil tem o preconceito de marca, isto é, vinculado à aparência física, manifestações gestuais, etc, que permite decidir a inclusão ou não na categoria negro”.

Falar sobre cultura negra na escola é antes de tudo abordar um tema que vem ao encontro da nossa história e construção do nosso país, independente de leis e movimentos que tentam resgatar ou “minimizar” as diferenças estabelecidas ao longo dos séculos, tratar a cultura negra é valorizar o entendimento da nossa própria identidade, agregando a ela valores importantes para nos firmarmos como cidadãos e valorizar o caminho que nossos antepassados percorreram, enfrentando desafios, discriminação, perseguições e exclusão.

Cabe à escola e a sociedade tratar esse tema de maneira universal, confiando à construção da nossa sociedade contemporânea confiando destaque aos acontecimentos de construção coletiva dos indivíduos como um todo, e não somente por raças, pois se assim o fizerem, estarão colaborando para orientar uma didática de segregação que buscamos não mais acontecer.

No âmbito multicultural a escola precisa desconstruir alguns conceitos, para promover uma educação intercultural é necessário penetrar no universo de preconceitos e discriminações que impregna, muitas vezes com caráter difuso, fluido e sutil, todas as relações sociais que configuram os contextos em que vivemos, em nosso caso as escolas. Questionar o caráter etnocêntrico que, está presente na escola e nas políticas educativas e impregna os currículos escolares. Desestabilizar a pretensa “universalidade” dos conhecimentos, valores e práticas. Reconhecer e valorizar as diferenças culturais, dos diversos saberes e práticas e a afirmação de sua relação com o direito à educação de todos/as. Promover experiências de interação sistemática com os “outros”: para sermos capazes de relativizar nossa própria maneira de situar-nos diante do mundo e atribuir-lhe sentido, isso acontece pela experiência de interação com diferentes modos de viver e expressar-se. Os momentos disciplinares e interdisciplinares devem permitir uma dinâmica sistemática de diálogo e construção conjunta entre diferentes pessoas e ou grupos de diversas procedências sociais, étnicas, religiosas, culturais.

Na educação a presença das mídias é importantíssima no contexto sócio-históricos contemporâneos. Ela deverá auxiliar a quebrar uma visão maniqueísta, onde os meios de comunicação são apenas agências vinculadas aos interesses perversos do mercado. A constituição de uma audiência crítica é um papel nobre para o educador multicultural. Trabalhar com os estudantes os fatores que definem a

produção apresentando, por outro lado, produções que atendem as demandas culturais e históricas, as memórias sociais e os gostos populares que por sua vez interpelam os meios massivos de comunicação. Um acervo bibliográfico sobre multiculturalismo, a disposição de estudantes e professores na biblioteca escolar é importante e possível através dos diversos programas estaduais e federais. O trabalho para educar para o multiculturalismo impõe as redes de ensino um processo de formação continuada de seus docentes. O professor deve estar preparado para pensar as dimensões da complexidade e da diversidade intrínseca ao processo de educar.

Se pensarmos se é na escola onde se situa o preconceito na sociedade, poderemos estar agindo de forma generalizada, pois sabemos que tanto a mídia quanto obras impressas apresentam uma postura que inferioriza a raça negra. A escola quando se dispõe a utilizar métodos de ensino em diversas disciplinas acaba ficando sem opção dessas mídias ou abordagens literárias. Ainda se faz necessário uma conscientização dos meios de comunicação e escrita para relacionar a cultura negra à brasileira. Por se recente a Lei 10.639, as adaptações são lentas e cadenciadas, dificultando a criação de materiais que tratam sobre o assunto. A escola ainda assim tem que fazer seu papel de articuladora dessa desigualdade, levando os alunos ao senso crítico de forma a eles visualizarem de forma diferente os conteúdos que absorvem na mídia digital e meios televisivos. É contrastante notar que o racismo mesmo sendo crime, afeta tanto pessoas comuns como pessoas conhecidas. Recentemente vimos através da televisão uma repórter de um jornal sendo ofendida por várias pessoas nas redes sociais por estar em evidência, isso nos faz perceber que a cultura se reflete diferente entre negros e brancos, uma vez que os “brancos” se acham no direito de defender uma superioridade pela cor da sua pele, e em contra partida, os negros defendem sua cultura individual, sempre por aquilo que são e não por aquilo que formou sua raça. A escola é importante para trabalhar a identidade negra desde sua raiz, mas se faz necessário também que ela reflita sobre a identidade de cada aluno, uma vez que trabalhando a autoestima irá ajudar não só na autoafirmação como irá colaborar para que o aluno enfrente atos de discriminação e preconceito.

No primeiro Ciclo do Ensino Fundamental temos alguns livros que podem colaborar para a autoestima e conhecimento da Cultura Africana. O livro de Ana

Maria Machado “Menina bonita do laço de fita”, aborda a diferença de cor como sendo uma qualidade da menina, deixando um coelho intrigado e apaixonado pela tonalidade da sua pele, por fim, no capítulo final a menina pede explicações para a sua mãe sobre suas características físicas, nesse momento a matriarca explica que sua cor é oriunda de sua família, composta dos pais, avós, bisavós e assim por diante. No livro “As Panquecas de Mama Panya” de Richard Chamberlin e Mary Chamberlin, os alunos conhecem um pouco da culinária africana, sua organização social nas tribos, seus animais, suas características geográficas e plantas nativas, o livro é riquíssimo em elementos culturais do Quênia, na África do Sul, trazendo para dentro da sala uma visualização diferente dos povos africanos. No Ciclo II do Ensino Fundamental o professor poderá trazer a música brasileira, contando a história das marchinhas de carnaval, enriquecendo com a biografia de Pixinguinha, Ismael Silva e Heitor dos Prazeres, destacando que o samba surgiu de ritmos africanos e lusitanos. Trazer também a Cultura Africana inserida no Estado, trabalhando com as festas populares no Paraná como a Cavalhada, Congada, Fandango, Boi mamão, Folia de Reis, entre outros. Manifestações religiosas como a Umbanda e Candomblé que são apoiadas na saudação e respeito à natureza, e que em nossa cultura ganha destaque com termos pejorativos como “macumba” e coisas afins. Trabalhando identidade temos o livro de Raul Lody “Cabelos de Axé- identidade e resistência”, trabalhando a língua “Dicionário Escolar Afro-Brasileiro” de Nei Lopes, e “Sikulume e outros contos africanos” uma adaptação de Júlio Emílio Braz. Jogos também podem ser um bom encaminhamento metodológico para abordar a Cultura Africana, temos o Jogo da velha, Bolinha de gude, Jogo de dado, Mancala e Jogos de Damas, alguns bem primitivos, mas originários da primeira civilização que foi a Egípcia, na África.

## REFERÊNCIAS

BONETI, Lindomar W. **Exclusão e Inclusão Social**. In: Contexto & Educação/ Universidade de Ijuí/ Aelac. – v.1, n.1, 1986. p. 198 à 201

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 04 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm)>. (Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB). Acesso em: 04 ago.2015.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2015.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica**. In: CANDAU, Vera Maria e MOREIRA, Antonio Flávio (orgs.) **Multiculturalismo – Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **A educação pré-escolar: o início do fim da intolerância in Educação, Africanidades**, Brasil. Brasília: Editora UNB, 2007.

FILHO, Wilson Trajano. **História da África? Pra quê?** In PANTOJA, Selma e ROCHA, Maria Joseane (orgs.). Rompendo Silêncios: A história da África nos Currículos da Educação Básica. Brasília: Comunicação, 2004.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Princípios Constitucionais da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social, a experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação Afirmativa e Princípio constitucional da Igualdade - O direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

HALL, S. **"Minimal Selves", in Identity: The Real Me**. ICA Document 6. Londres: Institute for Contemporary Arts, 1987.

LIMA, Heloisa Pires de. **Histórias da preta**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P.53.

LOPES, Ana Lucia. **A Prática pedagógica e a construção de identidade.** Educação, Africanidades, Brasil. Brasília: Editora UNB, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil: Um Ponto de Vista em Defesa de Cotas.** In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). Educação e Ações Afirmativas: Entre a Injustiça Simbólica e a Injustiça Econômica. Brasília-DF: INEP, 2003, p. 116-129.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais.** São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1985.

REVISTA CARTA FUNDAMENTAL. **Uma nova história do negro brasileiro.** São Paulo-SP, nov. 2013, p.20.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. **Política Educacional e a lei 10.639/03: Uma reflexão sobre a necessidade de superação de mecanismos ideológicos legitimadores do quadro de desigualdades raciais e sociais na sociedade brasileira.** In: COSTA, Hilton e SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. (orgs) Notas de história e cultura afro – brasileira: Ponta Grossa, Editora UEPG/UFPR, 2007

SANTOS, Boaventura de Sousa (1997), "**Por uma concepção multicultural de direitos humanos**", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, 11-32.

SANTOS, Joel Rufino. **O que é racismo.** São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção primeiros passos).